

HABEAS CORPUS Nº 561.069 - MG (2020/0032186-8)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : BRUNO CORREA DA SILVA
ADVOGADO : BRUNO CORREA DA SILVA - MG176282
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MARIO GUILHERME DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **MARIO GUILHERME DE OLIVEIRA**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Colhe-se dos autos que o paciente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Neste *writ*, alega o impetrante ausência de fundamento válido para a prisão cautelar.

Afirma que "Tanto a decisão de 01º quanto de 02º grau NÃO estão devidamente fundamentados em dados concretos relativamente ao paciente. As decisões são simplistas, e não aponta de maneira motivada, real e convincente, o que coloca em risco a ordem pública ou econômica, o andamento da instrução criminal e a aplicação da lei penal."

Argumenta, ainda, que o paciente é usuário de drogas e não traficante, o que é comprovado pela pequena quantidade de droga apreendida: 20,5 gramas de maconha.

Destaca, por fim, haver violação ao princípio da homogeneidade, pois, mesmo em eventual condenação, o paciente não cumpriria pena em regime fechado.

Pleiteia a revogação da prisão preventiva.

O pedido liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela concessão da ordem.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Nesse contexto, passo ao exame das alegações trazidas pela defesa a fim de verificar eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem, de ofício.

De início, convém anotar que a tese de negativa de autoria quanto ao delito de tráfico de drogas, e eventual desclassificação para a conduta de mero usuário, exige o revolvimento do conteúdo fático-probatório, o que é inviável na via do *habeas corpus* (RHC 107.476/GO, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 27/05/2019; HC 525.907/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 17/10/2019, DJe 24/10/2019).

Quanto à alegada falta de motivação válida para a custódia provisória, melhor sorte não assiste à defesa.

O Juiz de primeiro grau consignou o seguinte:

"Pleiteia o requerente seja concedida liberdade provisória com aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, previstas no art. 319 do C.P.P., sob alegação de que o autuado possui residência e trabalho lícito, bem como de que não se encontram presentes os requisitos autorizadores do acautelamento provisório do art. 312 do Código de Processo Penal.

Nos termos da Lei 8072/90, § 2º, inc. 11, o tráfico de substância entorpecente se equipara aos crimes hediondos, dada a grave repercussão que tais condutas operam na sociedade, devendo merecer redobrada cautela a análise de pedidos de soltura provisória. Na verdade, as circunstâncias de fato apontadas no auto de prisão em flagrante, e no conjunto de informações trazidas pela autoridade policial, com evidência de apreensão de drogas, sinalizando a traficância, não só autorizam como recomendam seja o autuado mantido provisoriamente encarcerado, eis que presente o *fumus boni iuris* penal.

Conforme se verifica, além das substâncias entorpecentes apreendidas, foi também encontrado em poder do autuado grande quantidade de dinheiro distribuído em notas diversas sinalizando a traficância.

Neste caso, verifica-se que o autuado é pessoa com intensa infiltração na delinquência, bastando analisar a sua certidão de antecedentes criminais dando conta que o mesmo vinha cumprindo pena nesta Comarca, também pelo crime de tráfico de drogas, motivo porque deve ser resguardada a garantia da ordem pública, com seu encarceramento provisório.

Por ora, o que se tem é que o crime praticado pelo autuado é de natureza grave altamente lesivo à sociedade, principalmente à camada mais jovem, no caso das drogas e não há razões bastantes a que se o libere para solto responder o processo.

Por outro lado, o fato de o acusado ter residência fixa e profissão definida, por si só não têm o condão de dar ensejo a que em liberdade aguarde o processamento da já instaurada ao o penal.

Veja-se parte do Seguinte julgado:

[...]

Há, pois, sem nenhuma dúvida, exigência de que se mantenha a ordem pública, afetada pelos atos do autuado, perdurando, pois, a necessidade e conveniência da prisão preventiva, achando-se presentes, sim, os requisitos dos arts. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.

Por estes fundamentos, indefiro o pedido de soltura do requerente."

De acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

No caso, observa-se que a custódia cautelar está suficientemente motivada na garantia da ordem pública, haja vista a reiterada conduta delitiva do agente. Segundo consta, o paciente já ostenta condenação pelo delito de tráfico de drogas, estando em cumprimento de pena, quando novamente foi flagrado, nesta ocasião, na posse de 20,5 gramas de maconha.

Dessarte, segundo jurisprudência desta Corte, "a persistência do agente na prática criminosa justifica, a priori, a interferência estatal com a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, porquanto esse comportamento revela uma periculosidade social e compromete a ordem pública" (RHC 118.027/AL, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 14/10/2019).

No mesmo sentido:

"*HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. DENEGADA A ORDEM.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas -, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. Conquanto não seja elevada a quantidade de droga apreendida, são idôneos os motivos apontados para justificar a prisão preventiva do paciente, por evidenciarem o risco de reiteração delitiva, visto que, cerca de trinta dias após haver sido beneficiado com a concessão de liberdade provisória, o acusado foi novamente preso em flagrante, pela suposta prática de delito de mesma natureza, e já registra condenação criminal na ação penal relativa a tais fatos, circunstância suficiente, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, para a imposição da custódia provisória.

3. Por idênticas razões, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar o cometimento de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

4. Denegada a ordem."

(HC 511.692/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 01/10/2019).

Ademais, o argumento de desproporcionalidade da custódia cautelar à provável futura pena do paciente não comporta acolhimento, pois apenas a conclusão do processo será capaz de revelar se o acusado será beneficiado com a fixação de regime prisional diverso do fechado, sendo inviável essa discussão neste momento processual. Nessa linha: RHC 94.204/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 10/4/2018, DJe 16/4/2018; e RHC 91.635/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 5/4/2018.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator